

O COORDENADOR PEDAGÓGICO, COMO AGENTE FACILITADOR PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR.

Raissa Oliveira Alencar dos Santos ¹
Raimunda Sousa dos Santos ²
Ebenezer Santos da Silva ³
Laiane da Silva Barros ⁴

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular é uma luta que vem sendo conquistados aos poucos principalmente em nosso município Bacabal-MA, e com isso, novos desafios são apresentados diariamente na comunidade escolar. Um dos obstáculos enfrentados pelas escolas é a falta de investimentos em recursos pedagógicos para as salas de atendimentos educacionais especializados o AEE, além das adaptações e equipamentos. Portanto, os exemplos de mudanças necessárias são reestruturações arquitetônicas, para que a escola possa aceitar e desenvolver o ensino-aprendizagem de alunos especiais, o ambiente escolar precisa estar devidamente estruturado. E isso significa que escola deve estar equipada com todos os meios de acesso possíveis, como rampas, banheiros acessíveis, pisos diferenciados e as demais medidas de acessibilidade. O que acontece é que isso nem sempre é cumprido, sobretudo em escolas públicas, dificultando a circulação dos estudantes nas dependências da escola.

Os alunos que necessitam de medidas especiais querem se sentir aceitos e acolhidos, como quaisquer outros, e isso deve começar na infraestrutura. Se há medidas que atendam às especificidades, então o primeiro passo já foi dado.

Diante desse cenário somos sabedores que a educação inclusiva segue em passos lentos no território nacional e principalmente no de município Bacabal-MA. Com isso, o interesse pelo tema nasceu diante do exposto e das dificuldades vivenciadas pela pesquisadora em sua

¹ Pedagoga, Especialista em Supervisão Escolar, Docência do Ensino Superior, raissaoliveira2130@gmail.com;

² Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Distrito Federal UNIPLAN, raisousantos@gmail.com

³ Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Distrito Federal UNIPLAN, ebenezer1946@hotmail.com

⁴ Pedagoga e Psicopedagoga, layanesh20@gmail.com

experiência em coordenação pedagógica surgiu à questão de pesquisa dos relatos, experiências e da necessidade de assegurar um processo de inclusão escolar efetivo, para que isso aconteça é necessária à realização de ações que priorizem o trabalho educacional de qualidade. Todavia, quais seriam essas atribuições e essas ações desenvolvidas pelo coordenador pedagógico para a contribuição do processo de inclusão no ensino regular?

Partindo do pressuposto, a pesquisas tenta responder o questionamento inicial escolhendo o seguinte tema: O coordenador pedagógico como agente facilitador para o processo de inclusão escolar no ensino regular. Sendo norteado pelo seguinte objetivo geral: “Analisar como a atuação do coordenador pedagógico facilita o processo da Educação Inclusiva”. Desta forma, foram apresentados os objetivos específicos que conduziram este estudo, a fim de, obtermos os resultados necessários do nosso questionamento inicial. O primeiro objetivo específico que norteou a nossa pesquisa analisou o papel do coordenador pedagógico atualmente. Já o segundo investigou se a gestão e coordenação escolar estão cientes da importante de ser agente facilitador no processo de inclusão escolar. Assim, podemos verificar as contribuições do coordenador pedagógico no planejamento e nas formações continuadas do professor na perspectiva inclusiva.

Portanto, foi através da análise dos resultados desta investigação, que conseguimos entender e associar a prática do coordenador pedagógico como agente facilitador no processo da educação inclusiva.

METODOLOGIA

Essa pesquisa é de cunho qualitativo, sendo subsidiados por pesquisas bibliográficas, além de pesquisas em diversos livros, artigos que tratam do assunto abordado, além de ter como instrumentos de coleta de dados e análise do processo investigativo a aplicação de questionário para fundamentar melhor o nosso estudo.

A pesquisa qualitativa é aplicada principalmente quando o pesquisador busca uma abordagem mais flexível para a solução do problema pesquisado. Segundo Maciel e Raposo (2010, p. 82), a pesquisa qualitativa “não exige a definição de hipóteses formais”. [...] são momentos dos pensamentos do investigador comprometido com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento.

ATUALMENTE QUEM É O COORDENADOR PEDAGÓGICO E O SEU PAPEL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR?

O coordenador pedagógico é o profissional que realiza uma das funções mais importantes dentro de uma instituição de ensino: garantir nos variados setores que se faça uma gestão participativa e democrática. Lima e Santos (2007, p. 79) afirmam que várias metáforas são construídas com relação ao trabalho do coordenador pedagógico.

[...] “bom-bril” (mil e uma utilidades), a de “bombeiro” (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de “salvador da escola” (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos). Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das “emergências” que lá ocorrem, isto é, como um personagem “resolve tudo” e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola.

Diante disso, podemos compreender que a responsabilidade desse profissional é muito grande, e ainda envolve os trabalhos burocráticos e da secretaria, substituir professores, colocar em prática trabalhos e projetos da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, acompanhar e analisar provas externas/internas, programas e plataformas digitais, realizar eventos, sendo assim, quase um promotor de eventos, além de solucionar os problemas de pais de alunos e professores, participar de reuniões com direção e equipe técnica a fim de garantir uma unidade de ação pedagógica na escola, orientar o planejamento das práticas educativas em sala de aula, solicitar a colaboração dos professores, diretor e demais profissionais da unidade escolar no reconhecimento e na identificação dos problemas dos discentes. Ou seja, fornecer à direção e aos professores esclarecimentos sobre fundamentação psicológicas necessários para a solução de problemas escolares; discutir com os professores quais são os fatores que influenciam o comportamento do alunado e os efeitos positivos ou negativos na sala de aula; promover o entrosamento escola-família-comunidade, assim resumindo em poucas palavras é aquele profissional “faz tudo”.

Podemos entender que a importância do coordenador pedagógico no ambiente escolar se dá pelo fato de ser ele o articulador e mediador das relações entre os indivíduos (pais, alunos, professores e diretores) da comunidade escolar, evitando desgastes que possam vir a acontecer entre eles, com o compromisso de ações capazes de proporcionar as transformações ocorridas na sociedade atual. Nesse sentido, Carapeto (2001, p. 93) afirma:

Como prática educativa, a supervisão educacional, independentemente de formação específica em uma habilitação no curso de Pedagogia, em cursos de pós-graduação ou como conjunto de conteúdos desenvolvidos no curso de Pedagogia, constitui-se num



trabalho profissional que tem o compromisso de garantir os princípios de liberdade e solidariedade humana, o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e, para isso, assegura a qualidade do ensino, da educação, da formação humana. Seu compromisso, em última instância, é a garantia de qualidade de formação humana que se processa nas instituições escolares, no sistema educacional brasileiro, na atual conjuntura mundial. Não se esgota, portanto, no saber fazer bem e no saber o que ensinar, mas no trabalho articulador e orgânico entre a verdadeira qualidade do trabalho pedagógico que se tornará mais verdadeira em seus compromissos humanizadores quando expressar e se constituir em polo-fonte de subsídios para novas políticas e novas formas de gestão na intensidade espaço-temporal de transformações que a era da globalização e a sociedade do conhecimento ocasionaram.

Desta forma, o coordenador pedagógico, como agente facilitador e transformador tem o compromisso com a provocação para o questionamento, de modo que proporciona professores críticos e reflexivos em toda a sua prática docente para cumprir seus objetivos educacionais.

O coordenador pedagógico assume uma enorme responsabilidade diante dos conflitos que giram em torno do ambiente escolar, principalmente quando a escola busca desenvolver práticas inclusivas, acolher a família desde momento da matrícula até a permanência do aluno em sala de aula faz com que todos os profissionais busquem compreender que estar em sala de aula requer estudos, planejamento técnico e sem dúvida diálogo com quem se faz escola.

Nesse sentido segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), “as atribuições do coordenador estão aliadas à autonomia para organizar e orientar o trabalho pedagógico dentro da instituição de ensino, além de garantir nos variados setores que se faça uma gestão participativa e democrática”. Em que pese a louvável ação pedagógica no que faz o papel do coordenador pedagógico é importante salientar que o coordenador pedagógico deve ser agente crucial para a inclusão e promover a efetivação de uma escola com equidade. Compreender o trabalho da coordenação pedagógica é enxergar de perto as conquistas alcançadas ao longo do tempo e diferenciar que a prática desse profissional não se compara com ao supervisor ou inspetor escolar como foi feita durante anos.

Portanto, cabe ao coordenador pedagógico o relacionamento com os pais e a comunidade, especialmente no que se refere ao funcionamento pedagógico-curricular e didático da escola, levando em conta a comunicação e interpretação da avaliação dos alunos. Nesse sentido todos os funcionários da escola do vigia ao gestor, todos devem atuar de maneira efetiva, contribuindo com o processo da Educação Inclusiva na comunidade escolar que os mesmos atuam, é indispensável que os mesmos, estejam sempre se atualizando com relação às Leis, diretrizes, conceitos e desafios que abrangem a Educação Especial e Inclusiva.

CONTRIBUIÇÕES DO COORDENADOR NO PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.

O que se espera do coordenador pedagógico, que vivencia o contexto inclusivo é que, esse profissional seja capaz de acolher, escutar e oferecer um suporte a família atípica, também compete a ele, a responsabilidade de garantir a formação para os docentes que irão trabalhar com o aluno com deficiência.

Configurando-se como parceria necessária para a construção do processo de inclusão, pois, sabemos da batalha diária de pais e profissionais que lutam diariamente para que as leis e decretos se cumpram. Portanto, compreendemos o quanto é desgastante ter que explicar diariamente a necessidade do direito de todos e para todos sem exceções.

Sabendo disso, a rede municipal de ensino de Bacabal conta com uma equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogos, psicopedagogos e professores intérprete de LIBRAS) que realizam intervenções orientam os profissionais das escolas, os alunos e a família. Sabemos que precisa ser feito muito mais ainda, para que os discentes se sintam pertencentes à escola. Quando o trabalho é em parceria de forma democrática, ética e colaborativa a escola estabelece conexões humanas, o trabalho passa a ser menos desafiador. A compreensão de que a coordenação pedagógica não pode e nem deve trabalhar sozinha, deve ser abraçada por todos. Para tanto, Saviani (2008, p.7), reforça:

[...] se a escola é o lugar da construção da autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos sejam eles das aprendizagens, da dinâmica escolar ou da própria instituição, não devem ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional, é uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular.

É muito importante a realização da formação continuada no processo de inclusão, principalmente quando vemos que através da formação, há busca pela mudança das ações através da reflexão da nossa prática, subsidiada pela teoria. E devemos, como coordenador pedagógico, nos conscientizar desses fatores e compreender a importância de investir na formação dos nossos professores e colaborar de maneira efetiva com o seu trabalho. Legitimando esse pensamento, Machado (2011, p.6) expõe que:

Quanto mais é ofertada a formação continuada de professores para o AEE, por meio de cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização, com base na perspectiva inclusiva mais as redes de ensino terão a oportunidade de aprofundar conhecimentos romper paradigmas e atualizar as práticas.

Logo, os momentos de formações devem estar cada vez mais próximos do professor, sendo oferecido dentro da própria escola, para que esse profissional busque cada vez mais rever sua práxis com relação à educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do estudo realizado, observamos que alguns coordenadores pedagógicos sentem dificuldade para entenderem o quão grande é a importância de seu papel na educação inclusiva. Por isso, a necessidade de discutir sobre o fazer pedagógico, seus desafios, anseios e objetivos alcançados.

Se o próprio coordenador pedagógico encontra dificuldades para se reafirmar no espaço educativo, não é de estranhar que outras pessoas, principalmente aquelas que compõem a escola, mas não excluindo a comunidade escolar, também o façam. Um fardo pesado é colocado sobre ele, cobram-lhe o sucesso da escola (como se ele fosse o único responsável), e querem que ele resolva todos os problemas do cotidiano escolar.

Quando a escola compreende o valor de cada profissional ali presente, as dificuldades são vencidas. Forma-se um local cujas responsabilidades são compartilhadas a fim de potencializar o progresso de cada aluno independente do seu laudo.

Por isso, é preciso fazer muito mais, acelerar o passo nessa caminhada tão complexa que é inclusão, precisamos conhecer os princípios teóricos sobre educação inclusiva, metodologias e entender até o próprio laudo médico que recebemos da família que anseia por ajuda; reconhecer o fazer pedagógico como prática inclusiva e identificar os desafios enfrentados pelos nossos professores e pelos alunos e principalmente pelos pais dos alunos que veem na coordenação pedagógica um auxílio um refúgio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o papel do coordenador é favorecer a construção de um ambiente democrático e participativo, onde se incentive a produção do conhecimento por parte da comunidade escolar, tendo como resultado deste processo uma educação de qualidade para todos. Concluímos que a atuação do coordenador pedagógico é grande valia na tarefa de



construir uma escola para todos. A educação inclusiva exige adaptações que priorizem a formação dos professores, materiais e financeiros, juntamente com uma prática voltada para o pedagógico. Garantir, ratificamos a eliminação das barreiras arquitetônicas, facilitar o acolhimento com a família e promover ações que facilitem a comunicação é algumas de suas funções.

Todas as discussões da pesquisa apontam para a necessidade da presença do coordenador em todas as escolas do nosso município, mas colocar qualquer pessoa para ocupar esta função não trará nenhum benefício para a unidade escolar. Seu trabalho é complexo, principalmente, sua principal atribuição que é a formação em serviço dos professores, o que exige formação de qualidade, empenho, dedicação, relações interpessoais e uma série de outras qualidades que discutimos ao longo da pesquisa. Portanto, uma escola que realmente deseja avançar na educação inclusiva necessita ter um coordenador pedagógico como agente facilitador do processo de inclusão escolar.

Assim, torna-se relevante o contato direto e constante com os pais e demais profissionais (internos e externos). Outra atitude importante, é que o mesmo discuta também os sucessos e os fracassos de suas ações, para que juntos possam se vangloriar ou buscar caminhos alternativos para a superação dos obstáculos da educação inclusiva.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico, Educação Inclusiva, Formação de Professores.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação – Imprensa Oficial, 1996.

CAMPINAS, São Paulo: Autores Associados, 2008 Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, institui as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília – DF, MEC, 1996.

CARAPETO, N. S. Supervisão educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. In: RANGEL, M. (Org.). *Supervisão pedagógica – princípios e práticas*. São Paulo: Papirus, 2001. P. 81-101. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. LDB - Lei nº. 9.394/96.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educere et educare**: Revista de Educação, v. 2, n. 4, p. 77-90, jul./dez. 2007. Disponível em: . Acesso em: 5 fev. 2010

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão**. Modulo V. Brasília :UNB, 2010.

MACHADO, A. R. Por uma concepção ampliada do trabalho do professor. In: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 77-97.

RODRIGUES, David. Dez idéias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: dozes olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 299-318.

SANT'ANA, Izabella M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 228-234, maio/ago., 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 2 ed. SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. rev.